

# Os bancos, na mira do ajuste fiscal.

Parte dos grandes lucros obtidos pelo setor financeiro, em decorrência das elevadas taxas de juros praticados pelo Banco Central nos últimos meses, deverá ser transferida para o Tesouro Nacional, através do aumento da arrecadação tributária sobre os agentes financeiros. Esta medida faz parte do ajuste fiscal a ser executado dentro do governo Collor de Mello e foi recomendada tanto no programa econômico entregue na segunda-feira pela equipe de Zélia Cardoso de Mello como nas sugestões alinhavadas pelo grupo do economista Daniel Dantas.

Publicado ontem, um dia após o encontro do grupo de Zélia com o presidente eleito, o balanço de 89 do Bradesco deu uma idéia do potencial de arrecadação que o próximo governo pode utilizar caso aumente os impostos sobre a área financeira. O maior banco privado do País encerrou o ano com um lucro, em dólares, 73% superior ao que conseguiu em 88 (US\$ 346 milhões contra US\$ 200 milhões).

Embora todos os técnicos que trabalham com Zélia Cardoso de Mello tenham se comprometido a guardar sigilo em torno de pontos concretos do seu programa econômico, sabe-se que uma das sugestões encaminhadas ao presidente para zerar o déficit público

é uma revisão de impostos que amplie a arrecadação fiscal junto ao setor financeiro. E pelo menos durante a fase de definição do seu plano, Zélia e equipe examinaram a possibilidade de também aumentar os impostos que incidem sobre as pessoas jurídicas não-financeiras, a partir da constatação de que os lucros das empresas em geral, durante 89, foram, da mesma forma, bastante altos. Além disso, tornar mais pesada a carga fiscal das empresas é a única maneira que tem Collor de Mello para equilibrar as finanças da União sem descumprir a promessa de campanha de que não sacrificará o assalariado na sua política de estabilização.

Já no grupo de Daniel Dantas o principal inspirador de medidas que transfiram uma parcela dos lucros financeiros para o caixa do Tesouro foi o advogado José Luís Bulhões Pedreira, co-autor da Lei das Sociedades Anônimas e articulador de grandes operações empresariais, entre elas a nacionalização do Projeto Jari. Bulhões Pedreira sempre criticou o crescimento da participação das instituições financeiras na renda nacional. Agora, ele tem chance de influenciar na tomada de decisões que façam o setor financeiro pagar boa parte da conta.

**Aluizio Maranhão**